

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307 1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 331
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-

nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PAERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandei Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de

leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3821903071	
CAPÍTULO 2	13
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
DOI 10.22533/at.ed.3821903072	
CAPÍTULO 3	23
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.3821903073	
CAPÍTULO 4	34
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samantha Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.3821903074	
CAPÍTULO 5	47
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3821903075	
CAPÍTULO 6	61
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3821903076	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira
Mickaelle Bezerra Calaça

DOI 10.22533/at.ed.3821903077

CAPÍTULO 8 85

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes
Maria Juliana Moreira da Costa
Jeovana da Silva Rodrigues
Thais Rodrigues Ferreira
Liliana Gama Oliveira
Ranieli Cavalcante dos Santos
Nataly de Fatima Sousa Martins

DOI 10.22533/at.ed.3821903078

CAPÍTULO 9 95

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho
Keity Ayumi Akimura
Silvana Souza Netto Mandalozzo

DOI 10.22533/at.ed.3821903079

CAPÍTULO 10 111

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann
Flávia Xavier de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38219030710

CAPÍTULO 11 127

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.38219030711

CAPÍTULO 12 136

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi
Marilane Oliveira Teixeira
Alisson Droppa

DOI 10.22533/at.ed.38219030712

CAPÍTULO 13 145

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas
Amanda Alves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.38219030713

CAPÍTULO 14	157
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.38219030714	
CAPÍTULO 15	167
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
DOI 10.22533/at.ed.38219030715	
CAPÍTULO 16	183
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.38219030716	
CAPÍTULO 17	198
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
DOI 10.22533/at.ed.38219030717	
CAPÍTULO 18	207
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.38219030718	
CAPÍTULO 19	216
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.38219030719	
CAPÍTULO 20	229
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.38219030720	

CAPÍTULO 21	243
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.38219030721	
CAPÍTULO 22	255
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030722	
CAPÍTULO 23	271
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
DOI 10.22533/at.ed.38219030723	
CAPÍTULO 24	286
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030724	
CAPÍTULO 25	300
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.38219030725	
CAPÍTULO 26	317
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
DOI 10.22533/at.ed.38219030726	
CAPÍTULO 27	333
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
DOI 10.22533/at.ed.38219030727	

CAPÍTULO 28 348

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

DOI 10.22533/at.ed.38219030728

CAPÍTULO 29 359

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

DOI 10.22533/at.ed.38219030729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 369

FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA

Mateus Ubirajara Silva Santana

Doutorando em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

E-mail:

Paulo Sérgio Fracalanza

Professor livre-docente no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail:

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como principal objetivo analisar a relação entre sindicatos e fundos de pensão no Brasil, sobretudo durante o governo Lula (2003-2010). Busca-se a partir dele identificar os discursos e as práticas da instituição sindical e de seus membros em torno da poupança previdenciária dos trabalhadores.

Opondo-se, no plano discursivo, ao modelo norte-americano de fundos de pensão, nos quais a participação sindical possui um grau mínimo de influência sobre suas decisões de investimento, no Brasil as organizações sindicais e o PT defendiam a ampliação da atuação dos sindicatos na gestão dos fundos a partir da mobilização de argumentos legitimadores. A justificativa central repousava na ideia de que, enquanto representantes da

classe trabalhadora, os gestores de origem sindical poderiam redirecionar os investimentos dos fundos a atividades produtivas, capazes de gerar crescimento econômico e emprego privilegiando assim os interesses dos trabalhadores.

Diversos estudiosos, porém, criticam os resultados da gestão sindical nos fundos de pensão, afirmando que esse processo deu origem a uma elite sindical gestora de fundos de pensão, que tende a ter uma representação cada vez mais distante dos interesses dos trabalhadores, sinalizando para uma profissionalização das entidades e maior estreitamento com as práticas financeiras e rentistas.

Portanto, nos limites deste artigo, propõe-se, num primeiro momento, revelar os contornos mais gerais do movimento de financeirização e da atuação dos fundos de pensão nos países desenvolvidos. Em seguida, busca-se investigar os discursos, as crenças e práticas dos sindicatos no Brasil, sobretudo na administração Lula, que justificam sua imersão nos fundos de pensão, com vistas a explorar as contradições que envolvem a prática do sindicalismo brasileiro dos anos 2000 e o discurso legitimador de suas escolhas políticas.

FUNDOS DE PENSÃO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

No plano internacional, sobretudo nos países onde os mercados financeiros encontram-se altamente desenvolvidos, como Estados Unidos e Inglaterra, os fundos de pensão têm se mostrado, desde a década de 1980, uma força social determinante na moldagem da forma de organização e gestão da corporação capitalista, provocando profundos impactos nas relações de trabalho e na própria forma de atuação e organização sindical. Por concentrarem grande volume de recursos, originário da poupança de trabalhadores, esses grandes fundos de pensão, juntamente com outros investidores institucionais¹, tornaram-se acionistas de diversos grupos econômicos em todo mundo, chegando a participar ativamente em seus Conselhos Administrativo e Fiscal e fazendo valer, dessa forma, seus interesses enquanto proprietários da riqueza mobiliária.

Além de acionistas, os fundos de pensão tornaram-se relevantes também por seus maciços investimentos de portfólio, em grande parte voltados a aplicações em ativos financeiros do mundo inteiro. Seus investimentos possuem destinos diversos, abarcando desde ativos de maior liquidez e segurança (como os títulos públicos de países centrais), até ativos de rentabilidade mais volátil, como os títulos privados (*bonds* corporativos, cotas de fundos de investimento, cotas de ativos securitizados e participações em mercados de derivativos).

Segundo Sauviat (2005), entre os investidores institucionais, os fundos de pensão e os fundos mútuos merecem destaque por representarem os atores mais importantes e dinâmicos do mercado financeiro mundial. Sua importância se justifica, em primeiro lugar, pelo tamanho e força que adquiriram ao centralizar a poupança coletiva dos trabalhadores e pelas suas atuações como vetores transformadores da relação capital-trabalho.

Em países anglo-saxões, os ativos dos fundos de pensão chegam a patamares correspondentes a 70% do PIB, revelando a nítida centralidade que esses agentes alcançaram no cenário internacional dominado pelas finanças. Enquanto acionistas de grandes corporações, os fundos de pensão dos países centrais revelam-se capazes de influenciar diretamente as decisões de gestão da empresa, como, por exemplo, a forma e o grau de endividamento, a política de investimento, as deslocalizações de plantas produtivas, as estratégias de externalização de atividades produtivas, as técnicas de reestruturação e as práticas em geral que orientam a gestão corporativa, com vistas à maior eficiência na alocação de seus recursos. Frequentemente, essas práticas implicam prejuízos aos trabalhadores, já que se traduzem em corte de custos com pessoal, achatamento de salários, demissões, utilização de mão de obra terceirizada e precarização das condições de trabalho em geral.

Assim, os fundos de pensão, ao lado dos demais investidores institucionais,

¹ Investidores institucionais incluem bancos, companhias de seguro, fundos de pensão, fundos mútuos e fundos soberanos, que, devido à grande soma de recursos acumulados, passaram a atuar nos mercados financeiros globais, tornando-se importantes e poderosos atores no cenário econômico internacional.

apresentam-se como importantes artífices das transformações nas formas da governança corporativa, sobretudo nos Estados Unidos. Assiste-se em todo o mundo, mas principalmente neste país, a substituição da lógica de *reter e investir* – característica do modelo fordista e do modelo da firma gerencial, em que os lucros retidos pela corporação eram reinvestidos para seu crescimento – pela estratégia de *diminuir e distribuir*, sob a égide do que se convencionou denominar de *maximizing shareholder value*, quando passa a prevalecer a lógica de valorização de curto prazo dos ativos financeiros². Tal transformação está intimamente associada à distribuição dos lucros gerados, quer sob a forma de dividendos e recompras de ações aos acionistas, quer na ampliação das políticas de salários diretos e bonificações aos executivos corporativos.

O fato desses fundos serem formados pela poupança previdenciária de trabalhadores se consubstanciar em grandes investidores institucionais que buscam valorizar seus ativos nos mercados financeiros globais representa por si só uma contradição, uma vez que, reunindo recursos dos trabalhadores, eles se configuram em atores financeiros, com capacidade de influir diretamente nos fluxos de capitais mundiais. Essa contradição é levada ao paroxismo na medida em que, na posição de acionistas de grandes corporações e estando presentes em seus Conselhos Administrativo e Fiscal, esses fundos impõem a lógica da financeirização e práticas relacionadas às práticas de reestruturação produtiva, que levam à precarização do próprio trabalho.

Desde a década de 1980, os sindicatos americanos despertaram interesse para a poupança acumulada dos trabalhadores, reivindicando sua gestão a partir da justificativa de representação dos participantes e de atuarem como agentes de governança corporativa. No entanto, Sauviat (2005) e Lordon (2000) compartilham da visão de que as organizações sindicais americanas estão mais sintonizadas com a prática ortodoxa e rentista dos investimentos e subordinados à lógica financeira de valorização do capital do que com uma gestão responsável, voltada aos interesses e à segurança dos trabalhadores.

FUNDOS DE PENSÃO E SINDICATOS NO GOVERNO LULA

Segundo Raimundo (2002: 146-147), a introdução das leis complementares 108 e 109 de 2001³, ao substituírem a lei 6.435 de 1977 como organizadora do sistema de previdência complementar, abriram um espaço inédito aos seus participantes na medida em que determinaram que os Conselhos Fiscal e Deliberativo dos fundos de pensão incorporassem maior representação da classe trabalhadora. Tratou-se de

² Lazonik e O’Sullivan (2000).

³ A lei 108/2001, permitiu a maior “democratização” da participação dos trabalhadores nos fundos ao assegurar que seus representantes ocupassem, pelo menos, 1/3 das vagas nos seus Conselhos Deliberativos e Fiscais, no caso de fundos de pensão patrocinados por empresas privadas ou instituídas por sindicatos e órgãos representativos de classe. Por sua vez, a lei complementar 109/2001 passou autorizar a criação dos fundos de pensão por intermédio do *instituidor* profissional, classista ou setorial.

marco regulatório fundamental que veio a permitir a maior atuação dos sindicatos de trabalhadores na gestão dos fundos, criando maior possibilidade de direcionamento dos investimentos conforme seus interesses.

A reforma previdenciária de 2003, implementada no governo Lula, com apoio de centrais e organizações sindicais, também representou um importante marco na legislação acerca dos fundos de pensão. Isso porque, entre suas medidas encontrava-se a imposição de um teto de benefícios previdenciários aos servidores públicos e, simultaneamente, a criação de um sistema de previdência complementar (privado), de caráter voluntário, que fornecesse planos de Contribuição Definida aos seus participantes.

A presença de membros ligados a sindicatos na gestão dos grandes fundos de pensão brasileiros, cujos principais patrocinadores são empresas públicas, como Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa Econômica Federal), revelou-se bastante expressiva durante o governo Lula. O estudo de Maria Celina d'Araújo (2009) aponta que no segundo governo FHC a porcentagem de gestores ligados a sindicatos nesses três principais fundos era de 41%. Já no primeiro governo Lula, essa participação aumentou para 51%, até alcançar o patamar de 66% no segundo mandato de Lula⁴.

Desde a década de 1990, os fundos de pensão estavam na agenda dos sindicatos e do próprio PT. Embora, em um primeiro momento, os membros sindicais estivessem mais arredios em participar de uma atividade tida como “engrenagem do capitalismo financeiro global”, eles começaram a mudar de ideia e a defender a ampliação dos fundos via ampliação da previdência complementar e maior participação sindical em sua gestão.

Em 2011, Lula já enfatizava a importância estratégica dos fundos na economia brasileira, afirmando que “se não aumentarmos a poupança, não haverá recursos para investimentos; se não houver investimentos, não haverá crescimento econômico; se não houver crescimento, não haverá criação de emprego” (ZIBECHI, 2011: 76). Os fundos de pensão, assim, passavam a ser vistos como um instrumento de *funding*, com capacidade de financiar o crescimento e o desenvolvimento econômico do país.

Até o governo Lula, os fundos de pensão eram associados à ideia de corrupção e ilegitimidade em função das grandes somas que acumulavam e da ausência de mecanismos de fiscalização e transparência, além da permanente preocupação com sua possível insolvência ou falência, em um contexto marcado pela instabilidade econômica, característico dos anos 1980 e 1990. Contudo, como mostra Jardim (2009), a partir de um discurso de inclusão social via fundos de pensão, de desenvolvimento da “cultura previdenciária” e da coletivização dos riscos, o governo Lula iniciou uma

4 Alguns nomes importantes podem ser destacados, como: Wagner Pinheiros, que, após ser dirigente de sindicatos bancários, dirigiu a Petros e a Postalis; Guilherme Lacerda, que participou da fundação da CUT e presidiu a Funcef; Sérgio Rosa, que ocupou a presidência da Confederação Nacional dos Bancários e da Previ; José Sasseron que foi dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Diretor de Seguridade da Previ e presidente da Anapar.

campanha que buscou trazer o conceito de solidariedade aos fundos de pensão, até então presentes apenas no modelo previdenciário de repartição e não no regime de capitalização.

Ainda segundo a autora, a ideia inicial era tornar os fundos de pensão instrumentos de inclusão social, através da crescente participação de representantes dos trabalhadores em sua gestão e da difusão dos princípios de solidariedade e seguridade, partindo da premissa de que é possível moralizar e humanizar o capitalismo, desde que os interesses dos trabalhadores prevaleçam sobre os do capital.

Além disso, acreditava-se que os fundos de pensão poderiam servir como instrumento de luta contra o processo de financeirização da economia. Por mais contraditória que possa parecer essa possibilidade, seus defensores argumentavam que os investimentos deveriam se direcionar a atividades produtivas e “éticas”, contribuindo, dessa forma, para frear as práticas rentistas e especulativas e, ao mesmo tempo, estimular o nível de atividade econômica, gerando emprego e renda, a partir de investimentos em infraestrutura.

As organizações e centrais sindicais conferiram respaldo político a essa estratégia do governo petista por meio de seus discursos e práticas de defesa dos fundos de pensão enquanto alternativa à previdência pública e, ao mesmo tempo, como espaço de atuação sindical, no qual os representantes da classe trabalhadora poderiam influir nas decisões de investimento. Aderindo ao discurso de que essas entidades poderiam ser um instrumento na luta contra o processo de financeirização da economia, o movimento sindical, em sua maior parte, defendeu que a poupança dos trabalhadores deveria ser utilizada em proveito deles, e seus investimentos deveriam ser voltados a atividades produtivas e “éticas”, que garantissem a rentabilidade e a segurança dos aposentados e, ao mesmo tempo, o nível de atividade da economia real.

FUNDOS DE PENSÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DA ALTA BUROCRACIA SINDICAL

A imersão de sindicatos no mundo das finanças, particularmente na gestão de fundos de pensão, suscitou um debate importante no meio acadêmico: esse processo não representaria uma transformação radical nas crenças e práticas da instituição sindical? Os sindicalistas não conformariam uma nova elite sindical, distanciando-se assim de sua base social, a classe trabalhadora? As discussões em torno dessa questão estão associadas, em primeiro lugar, às transformações pelas quais passaram as organizações sindicais ao longo da década de 1990, no contexto da reestruturação produtiva e da acumulação capitalista sob predomínio das finanças e, em um segundo momento, na relação que o sindicalismo estabeleceu com o governo Lula.

Segundo Marco Antonio de Oliveira (2003), a preocupação dos sindicatos se modificou a partir da década 1990: pautas ligadas a questões econômicas e sociais, como aumento salarial e ampliação de direitos trabalhistas – que caracterizavam as lutas do período anterior – perderam cada vez mais espaço para a temática da garantia

do emprego e do combate às demissões. Devido à nova realidade do mercado de trabalho, marcada pelo processo de reestruturação, flexibilização e precarização, a agenda sindical foi se transformando, tendendo a se concentrar na defesa do emprego, na participação nos resultados da empresa, na discussão sobre a gestão e organização do trabalho, nos efeitos da flexibilização da jornada de trabalho etc. Em suma, a pauta sindical tendeu a reduzir-se à sobrevivência no emprego e à tentativa de amenizar os efeitos deletérios provocados pelo processo de reestruturação produtiva e precarização das condições de trabalho.

A nova gestão laboral passou a exigir do trabalhador – ou do *colaborador*, como se convencionou denominá-lo no mundo corporativo – maior participação e envolvimento com os projetos da empresa, trazendo elementos que inexistiam na fábrica fordista, como a jornada de trabalho flexível, os deslocamentos, a necessidade de reciclagem contínua do profissional, a discussão em equipe – visando os melhores resultados para a empresa – as metas a serem batidas, a busca pelos prêmios e bônus por competência, o processo de individualização das responsabilidades e o aumento generalizado da concorrência no ambiente de trabalho.

Todos esses novos elementos trouxeram uma profunda mudança na relação capital-trabalho, impondo novos desafios ao sindicalismo, que teve de se adaptar a essa nova realidade. O fato é que se mostrou muito mais difícil aos sindicatos mobilizar a classe trabalhadora e, portanto, manter seu papel tradicional de representante de interesses amplos e de agente de barganha frente ao patronato. É nesse sentido que Oliveira (2003a) aponta para o surgimento de um *novo caráter sindical a partir dos anos 1990*: o sindicalismo de conciliação, que tem de negociar e realizar mais concessões para fazer valer seus interesses em um ambiente onde seu poder de influência e ação diminuiu drasticamente em decorrência da reestruturação produtiva e da nova gestão laboral.

Nesse cenário desfavorável à ação sindical tradicional, a agenda de participação pelas vias institucionais ganhou força e temas como políticas compensatórias e parcerias passaram a ser mobilizados. É nesse contexto que emerge o discurso que busca legitimar a aproximação dos sindicatos com os fundos de pensão.

Druck (2006) argumenta que ao longo dos anos 1990 teria ocorrido um processo de crescente despolitização dos sindicatos, traduzido em sua incapacidade de levar adiante propostas políticas mais assertivas e de apontar um projeto alternativo ao neoliberalismo. Galvão (2009), por sua vez, argumenta que já no início dos anos 1990, a direção majoritária da CUT sinalizava uma aproximação com o sindicalismo de resultados, assim como ficou associada a Força Sindical, buscando ocupar espaços institucionais e oferecer aos membros dos sindicatos um número crescente de serviços.

Como afirma Ramos (2013), embora esse processo tenha começado em administrações anteriores, durante o governo Lula, a conversão de (ex-) sindicalistas em gestores de fundos de pensão assumiu maior relevância. João Bernardo e Luciano Pereira (2008) buscam explorar as contradições de uma entidade de classe

tradicionalmente voltada à representação dos trabalhadores na negociação de compra e venda da força de trabalho e que passa a administrar e investir vultosos recursos. Segundo os autores, na posição de controladores de fundos financeiros, os dirigentes sindicais se aproximariam da figura do investidor capitalista, distanciando da representação dos interesses da classe trabalhadora.

Observando o movimento de aproximação e penetração da alta cúpula sindical com os fundos de pensão no caso brasileiro, Ruy Braga e Álvaro Bianchi (2011) defendem a ideia de que teria se iniciado, ao longo dos anos 1990, um processo de financeirização da alta burocracia sindical no Brasil, que se consolida no governo Lula, a partir da presença de sindicalistas na gestão e conselhos dos maiores fundos de pensão brasileiros, em um contexto marcado pelo regime global de acumulação financeira. Segundo os autores, o vínculo orgânico “transformista” da alta burocracia sindical com os fundos de pensão pavimenta um caminho sem volta do novo sindicalismo rumo ao regime de acumulação financeira globalizado (BRAGA, 2012: 141).

Ricardo Antunes (2003) também analisou de forma maneira crítica esse movimento dos sindicatos a partir dos anos 2000, principalmente a conivência da CUT com a reforma previdenciária de 2003 e sua política de adesão e reivindicação pela gestão dos fundos. Segundo ele, as centrais sindicais no Brasil caminham para um sindicalismo negocial, cujo interesse passa a se centrar na gestão das grandes somas de aposentadoria e nas práticas rentistas em detrimento de um comprometimento com as lutas sociais da classe trabalhadora.

No mesmo sentido, Francisco de Oliveira (2003a, 2003b) é também crítico à inserção dos sindicatos no universo dos fundos de pensão. Analisando o movimento de desestruturação do trabalho organizado ao longo da década de 1990 e a consequente perda da capacidade do poder político sindical, o autor apontava, no início dos anos 2000, para uma crescente dissociação entre as organizações de representação dos trabalhadores e sua base, afirmando que muitos dos antigos líderes sindicais, sobretudo aqueles ligados ao setor bancário, haviam se convertido em uma nova classe de elite sindical, defensora e/ou gestora de fundos de pensão.

CONCLUSÃO

Observa-se que a busca dos sindicatos pela gestão dos fundos de pensão se insere no contexto nacional e internacional de reestruturação produtiva e de reorganização do capital produtivo pela lógica financeira. As formas institucionais de organização e representação dos trabalhadores, frente a tais gigantescas transformações históricas, *optaram* por se aproximar do movimento de valorização capitalista e construir um discurso legitimador dessa sua opção.

Nesse sentido, a transformação dos sindicatos, sua paulatina aproximação com o mercado financeiro e sua reivindicação pela gestão dos fundos de pensão devem ser entendidas a partir do processo de reorganização e acumulação do capital e da busca

por novos espaços de atuação, como aqueles oferecidos pelos fundos de pensão.

No caso específico do Brasil, verificou-se que ao longo do governo Lula diversas lideranças sindicais, sobretudo aquelas ligadas ao setor bancário, passaram a reivindicar a gestão de fundos de pensão sob a justificativa de reorientar os investimentos para atividades produtivas, objetivando representar os interesses dos trabalhadores. Tenha tido ou não aderência à realidade, tal discurso sacramentou uma nova forma de organização do sindicalismo brasileiro, inserindo-o definitivamente nos contornos de um processo de financeirização da alta burocracia sindical e no estreitamento de sua relação com o mercado financeiro.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. A práxis do poder da lógica financista. In: *Jornal da Unicamp*, Universidade Estadual de Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/227pag0607.pdf>. Último acesso em: 29/04/2017.

BERNARDO, João; PEREIRA, Luciano. *Capitalismo sindical*. São Paulo: Xamã, 2008.

BRAGA, Ruy; BIANCHI, Álvaro. A financeirização da burocracia sindical no Brasil. In: *Correio da Cidadania*. Maio, 2011. Disponível em: http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5816&Itemid=79 Último acesso em: 21/04/2017.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *A elite dirigente do governo Lula. Lameirão*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/D-Araujo-e-Lameirao-A-elite-dirigente-do-governo-Lula.pdf>> Último acesso em: 21/04/2017.

DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais no governo Lula: cooptação e resistência. *Revista OSAL*, ano VII, n. 19. Buenos Ayres, Argentina, 2006.

GALVÃO, Andreia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. *Outubro Revista*, n. 18, 2009. Disponível: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-18-Artigo-07.pdf>> Último acesso em: 21/04/2017.

JARDIM, Maria A. Chaves. *Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula*. São Paulo: Annablume editora, 2009.

LAZONICK, William & O'SULLIVAN, Mary. Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance. *Economy and Society Review*. vol. 29, n.1, February, 2000.

LORDON, Frédéric. *Fonds de pension, piège à cons ? Mirage de la démocratie actionnariale*. Paris: Raison d'agir, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003a.

OLIVEIRA, Francisco. Um dos fundadores do PT, o sociólogo critica os rumos do início do governo Lula e, pessimista, explica seu ensaio em que adota o ornitorrinco como metáfora do Brasil. In: *Programa de entrevistas Roda Viva*, Rede Cultura. São Paulo, 2003b. Disponível em:

<http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/697/entrevistados/francisco_de_oliveira_2003.htm> Último

acesso em: 21/04/2017.

OLIVEIRA, Marco Antonio de. Tendências recentes das negociações coletivas no Brasil. In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAMOS, Iuri. Do trabalho ao capital: Sindicalismo e Fundos de Pensão sob a égide da finança mundializada. In: *XXIX Congresso Latinoamericano de Sociología - ALAS Chile*, Santiago, Chile, 2013.

RAIMUNDO, Lício Costa. O papel dos fundos de pensão na reconstrução industrial e da infraestrutura urbana brasileira no século XXI. *Tese Doutorado em Ciências Econômicas*. Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2002.

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, François (org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ZIBECHI, Raúl. *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-438-2

